

Item 17 - Requerimento do Deputado Carlos Giannazi - Solicita a CONVOCAÇÃO de: 1) o Senhor Reitor da Universidade de São Paulo, Marco Antonio Zago; 2) o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Máginho Alves Barbosa Filho; e 3) o Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Cel. PM Ricardo Gambaroni, para que esclareçam a repressão e a criminalização ao movimento estudantil que reivindicava a adoção de cotas raciais pela Reitoria da USP, que culminou com a perseguição aos alunos, com violência policial pelo uso de bombas de efeito moral e detenção de alunos.

Item 18 - Requerimento da Deputada Márcia Lia, Deputado Carlos Bezerra Jr. e Deputado João Paulo Rillo - Solicita a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir a criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de São Paulo.

Item 19 - Requerimento do Deputado Carlos Giannazi - Solicita a CONVOCAÇÃO de: 1) o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Máginho Alves Barbosa Filho; e 2) o Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Cel. PM Ricardo Gambaroni, para que esclareçam as denúncias de repressão e criminalização a alunos da rede estadual, em especial a praticada contra o aluno Glauco Dias, da EE Reverendo Jacques, do Jardim São Luiz, nesta Capital, que foi agredido por integrantes da Ronda Escolar e da Polícia Militar no último dia 16/06, ao tentar ingressar na escola após o início do horário da aula do período noturno.

Item 20 - Requerimento da Deputada Beth Sahão - Solicita a CONVOCAÇÃO dos representantes da Via Veneto, empresa responsável pela marca Brookfield Donna, para que prestem esclarecimentos sobre o caso, amplamente noticiado, relativo à fiscalização do Ministério do Trabalho e do Emprego que identificou situações de trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão em uma oficina que produz peças de vestuário. Solicita ainda a CONVOCAÇÃO de representantes do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e também do Ministério Público do Trabalho, a fim de que coloquem esta Comissão a par deste episódio específico e de outras ações de combate e perverção ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

Item 21 - Requerimento do Deputado Raul Marcelo - Solicita que esta Comissão requeira ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Máginho Alves Barbosa Filho, as informações completas dos laudos de exames necroscópicos das pessoas mortas em decorrência de intervenção policial, no período entre janeiro de 2014 e maio de 2015.

Item 22 - Requerimento da Deputada Márcia Lia - Solicita que a Comissão apresente uma Moção visando manifestar o repúdio ao PL 5069/2013 que tramita na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal Eduardo Cunha e outros que cria tipo penal de induzimento, instigação ou auxílio ao aborto. (C.T., C.B., B.S., L.F., A.R., M.C., C.G.)

Item 23 - Requerimento do Deputado Luiz Fernando Teixeira - Solicita o CONVITE ao Sr. Corregedor da Polícia Militar, Cel. PM. Levi Anastácio Felix e o Sr. Corregedor da Polícia Civil, Dr. Domingos Paulo Neto, para prestarem esclarecimentos acerca da possível existência, no Estado de São Paulo, de grupos de extermínio, conforme matéria jornalística publicada no jornal Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, edição de 15/09/2015, com a manchete "Ações de Policiais apontam para grupo de extermínio, diz ouvidor". (A.R., B.S.)

Item 24 - Requerimento do Deputado Carlos Giannazi - Solicita a CONVOCAÇÃO do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para que preste esclarecimentos sobre a reintegração de posse, sem ordem judicial, de escolas ocupadas por alunos, amparada unicamente por mera orientação da Procuradoria-Geral do Estado. (R.M.)

Item 25 - Requerimento da Deputada Márcia Lia - Solicita que esta Comissão oficie o Senhor Secretário de Segurança Pública, Sr. Máginho Alves Barbosa Filho, o Defensor Público Geral Sr. Davi Eduardo Depiné Filho e o Procurador Geral de Justiça Sr. Gianpaolo Poggio Smanio, para que forneçam as seguintes informações: a) Qual a justificativa para o procedimento da Polícia Militar de Bauru no dia 15 de maio de 2016 contra jovens estudantes do Jardim Panorama da cidade de Bauru? b) Havia um mandado judicial autorizando a entrada dos policiais na "república dos estudantes"? c) Houve um disparo de arma de "elastômetro" mais conhecida como "bala de borracha"? O que levou a Polícia Militar a efetuar este disparo? d) Há ainda relatos de "golpes de cassetetes" contra os estudantes? Qual o motivo do abuso? Não houve excesso?

Item 26 - Requerimento da Deputada Márcia Lia - Solicita a convocação de AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir sobre o Projeto de Lei Complementar 21/2016, que trata da criação da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo.

Item 27 - Requerimento do Deputado Carlos Giannazi - Solicita a CONVOCAÇÃO do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Máginho Alves Barbosa Filho e do Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Cel. PM Ricardo Gambaroni, para que esclareçam as denúncias de repressão e criminalização aos alunos e usuários do Centro Cultural Chora Menino, removidos de espaço cedido pela Polícia Militar do Estado no Imirim, zona norte desta Capital, onde também está instalada uma base comunitária.

Para ciência:

Item 28 - Marcos Rogério Manteiga, advogado, encaminha cópia de reclamação protocolada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Máginho Alves Barbosa Filho, na qual aponta irregularidades e tortura no tratamento dado à policiais militares, para conhecimento da Comissão.

Item 29 - Ofício da Associação de Diabetes Juvenil - ADJ solicitando a aprovação do PL 106/2016, que determina que os aparelhos de medição de glicemia, chamados de glicosímetros, tenham o selo do INMETRO ou do IPEM.

Item 30 - Ofício GP nº 02/2016 - Encaminha relatório contendo as ações realizadas e os convênios celebrados no exercício de 2015 pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Item 31 - Ofício encaminhado à Presidência da ALESP solicitando providências para que seja implementado e/ou adequado os recursos de acessibilidade nos meios de comunicação televisivos no que tange ao percentual de acerto, para pessoas surdas, em especial a legenda oculta. A Presidência da ALESP encaminhou à Comissão para conhecimento, e à SGA.

Item 32 - Ofício Fórum Regional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social da Baixada Santista nº 47/2016 - Encaminha denúncia em relação aos serviços prestados pelo Centro de Referência Especializados de Assistência Social para a População em Situação de Rua (Centro POP) da cidade de Santos, e solicita indicações de providências cabíveis.

Item 33 - Ofício nº 027/2016 da Câmara Municipal de Taboão da Serra - Informa, para conhecimento, que a cidadã Joselina Maria Rodrigues Garcia aconteceu-se na data de ontem, 2 de agosto de 2016, a partir das 12h, aproximadamente, alegando protesto por sua exclusão de programas de moradia popular, e continuando nesta situação até o momento de subscrição deste (3 de agosto, 12h20).

## Debates

### 2 DE AGOSTO DE 2016 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: JOOJI HATO, ORLANDO BOLÇONE e SEBASTIÃO SANTOS**

**Secretário: CORONEL TELHADA**

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessão solene a ser realizada no dia 02/09, às 10 horas, com a finalidade de "Comemorar o Dia do PM Veterano".

2 - CORONEL TELHADA

Informa que estivera em evento, na cidade de São José dos Campos, a fim de proferir palestra sobre a postura de tropas especiais da Polícia Militar. Reflete sobre assassinatos de policiais militares ocorridos durante o período do recesso parlamentar. Posiciona-se contra a aprovação do PLP 257/16, tendente a afetar o funcionalismo público. Comenta notícia a respeito da fiança paga pela liberdade de João Santana e de Mônica Moura.

3 - CARLOS GIANNAZI

Repudia o veto ao PL 660/14, de sua autoria, cuja matéria visa a defender a dignidade de pacientes com síndrome da pós-poliomielite. Acrescenta que o texto tem importante repercussão na área da Saúde. Critica a medida adotada pelo governador Geraldo Alckmin. Lamenta e comenta os motivos da decisão do Governo do Estado. Clama a seus pares que aprovem a derrubada do veto a referido projeto.

4 - WELSON GASPARINI

Reflete acerca dos índices de desemprego e de superlotação de presídios, registrados atualmente. Informa que o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína, no mundo. Tece considerações a respeito da corrupção. Valoriza a relevância do exercício do voto consciente. Ressalta a influência da política no cotidiano da sociedade.

5 - SEBASTIÃO SANTOS

Salienta a importância da Lei Complementar 126/15, concernente à classificação de estâncias turísticas, no Estado. Assevera que o Turismo é propulsor da economia. Defende que Barretos deve ser alçado à qualidade de município de interesse turístico. Clama a seus pares tal entendimento.

6 - ED THOMAS

Versa a respeito de diversos segmentos profissionais e respectivas relevâncias para a sociedade, sobremaneira a categoria dos agricultores. Comenta a entrega de bens, oficializada pelo Governo do Estado, à região da Nova Alta Paulista. Rende homenagens à Associação de Produtores Rurais de Dracena e de Adamantina. Manifesta-se a favor da comunhão de interesses e de investimentos no associativismo, no cooperativismo, e na agricultura familiar, como meios de valorização do produtor rural.

7 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência.

8 - JOOJI HATO

Corroborá o pronunciamento do deputado Ed Thomas. Faz reflexão sobre a crise político-econômica e seus efeitos, mormente o desemprego. Informa que dias 6 e 9 de agosto, são comemorados o Dia de Hiroshima e o Dia de Nagasaki, respectivamente. Declara-se contrário ao uso da energia atômica.

9 - CARLOS NEDER

Comenta que deve haver alteração do marco legal que disciplina a Ciência e a Tecnologia, em âmbito estadual. Lembra que participara de reunião, em Campinas, no dia 19/03, cujo resultado foi a edição do manifesto do "Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas". Critica o PL 328/16, que visa à privatização do patrimônio de institutos de pesquisa. Lê e critica a argumentação da Presidência e da Procuradoria desta Casa, sobre o tema.

10 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

11 - ORLANDO BOLÇONE

Comenta a proximidade das eleições municipais. Assevera que o desenvolvimento ocorre é nos municípios. Aduz que o contingenciamento dos gastos públicos não deve afetar a Educação e a Saúde, principalmente. Defende o desenvolvimento integrado e sustentável, a favor da dignidade humana.

12 - MARCIA LIA

Narra episódio acontecido em Ribeirão Preto, no dia 16/07, em medida de reintegração de posse. Informa que seu acesso à área, de propriedade da USP, fora dificultado pela conduta da Polícia Militar, a qual considera abusiva.

13 - SEBASTIÃO SANTOS

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - MARCIA LIA

Discorre sobre reintegração de posse ocorrida em Ribeirão Preto. Afirma que, mesmo na condição de deputada estadual, não lhe foi permitida a entrada, julgando a ação como arbitrária.

15 - ED THOMAS

Declara-se grato pela lembrança de seu nome como candidato a prefeitura de Presidente Prudente. Afirma que continuará em seu mandato como deputado estadual, representando o Oeste Paulista. Agradece homenagem que recebeu da Polícia Militar.

16 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, discorre a respeito de problemas na concessão de aposentadorias a professores da Rede Estadual de Ensino. Afirma que a Sprev não tem estrutura para atendimento adequado dos servidores.

17 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, discorre sobre projeto de lei, de sua autoria, que trata do projeto "Escola com Liberdade", em contraponto ao "Escola sem Partido", em tramitação no Congresso Nacional. Considera que a proposta que está em apreciação no Parlamento brasileiro é inconstitucional.

18 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, crítica o Projeto de lei Complementar nº 257, de 2016, em tramitação no Congresso nacional, que trata da renegociação das dívidas dos estados. Considera que o projeto prejudica os servidores estaduais e a qualidade do serviço público.

19 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE SEBASTIÃO SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 03/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Coronel Camilo, convoca V. Exas. nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r" da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma Sessão Solene a realizar-se no dia 2 de setembro de 2016, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do PM Veterano.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários, policiais militares presentes, telespectadores da TV Assembleia, reiniciando nossos trabalhos após o recesso, gostaria de cumprimentar todos nesta Casa, e que tenhamos um segundo semestre profícuo.

Ontem não pude participar aqui da sessão ordinária, por que estive na cidade de São José dos Campos, onde participei de um evento junto ao 3º Baep, comandado pelo major Oliveira. Proferimos uma palestra sobre posturas de tropas especiais. Então quero aproveitar este momento para mandar um abraço para todo o pessoal do 3º Baep, não só para esse batalhão, especificamente, mas para o Comando de Policiamento do Interior 1, comandado pela querida amiga, Coronel Nikoluk.

Sr. Presidente, neste mês de julho, enquanto estivemos trabalhando nos gabinetes e junto aos municípios, com a Polícia Militar o problema também não parou. Tivemos vários policiais militares mortos, aqui no estado de São Paulo. A partir de amanhã, vou falar desses policiais, ocorrências terríveis, jovens policiais mortos. Em todo o Brasil tivemos dezenas de policiais mortos em outros estados, portanto o problema prossegue. O crime organizado, a cada dia, cresce mais, apesar de a população estar despercebida disso, de a imprensa estar despercebida disso, de as autoridades estarem despercebidas disso. O crime organizado, a cada dia, se agiganta e pega força. Precisamos estar atentos, porque não só temos uma Olimpíada que começa nesta semana, o que gera grande preocupação, porque no nível internacional poderemos ter problemas, mas aqui no nosso dia a dia, na nossa vida doméstica, estamos tendo problemas terríveis e precisamos nos alertar quanto a isso.

Para fechar a minha fala, queria me posicionar totalmente contra esse famigerado PLP 257 que está sendo, hoje, discutido lá em Brasília - já começaram ontem as discussões -; esse PLP fatídico, ordinário, que procura acabar com a vida do funcionalismo público. Ou seja, por todos os absurdos que governos e partidos cometeram nos últimos anos, as roubalheiras, a lavagem de dinheiro, aparelhamento do estado - a Operação Lava Jato está mostrando isso diariamente -, agora querem que o funcionário público pague a conta. Querem congelar a carreira, as promoções, mexer na Previdência de uma classe já tão sofrida, uma classe que praticamente há três anos, em São Paulo, não recebe nenhum reajuste, nenhum aumento, especificamente a Polícia Militar, que já perde uma série de vantagens só pelo fato de ser policial militar. Temos um regulamento forte, um Código Penal Militar forte, mas ainda assim querem arrebentar o policial militar, mexendo na sua Previdência e travando as promoções, fazendo tudo que não deveria ser feito.

Então temos nossos deputados lá em Brasília brigando pelos direitos dos policiais militares, dos funcionários públicos, e caso esse projeto prospere em Brasília, passará por esta Casa. Conto com o apoio de todos os deputados que foram eleitos não só pela população, mas com muito voto do funcionalismo público, para que venhamos trabalhar contra esse famigerado projeto, essa famigerada ideia de que o funcionário público é o verdadeiro culpado pela inflação, pelo que está acontecendo de ruim no Brasil. Sabemos que o verdadeiro culpado são os que roubaram, que vilipendiaram as nossas economias.

Hoje mesmo no jornal, deputado Welson Gasparini, li que o João Santana está sendo liberado, mas com uma fiança de 31 milhões. Deputado, V. Exa. que é uma pessoa expoente na região de Ribeirão Preto, são 31 milhões de fiança. Parece que esse é o valor que eles tinham nas contas, tanto ele quanto a esposa, em outros países. Possivelmente ficarão em prisão domiciliar. Caso seja absolvido, futuramente, esse dinheiro será devolvido para ele, e caso seja condenado, esse dinheiro possivelmente vá para a Petrobras ou para o governo. Pergunto: quem, hoje em dia, tem 31 milhões para pagar uma fiança. Se não fosse trágico, seria cômico. Este País virou uma bandeira. Infelizmente, o País está se mostrando ao mundo todo como um país desavergonhado. Ou nós colocamos o País nos eixos e fazemos que a moral, a ordem e o progresso retornem ao País, ou só nos resta um destino: a bancarrota, que estamos próximos a isso.

Mas nós aqui em São Paulo estamos atentos, estamos trabalhando. Desejo a todos os Srs. Deputados e às Sras. Deputadas um ótimo 2º semestre, também a todos os funcionários. Vamos trabalhar firme, porque nossa batalha diária e os problemas são constantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaria primeiramente de repudiar o veto que o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, impôs ao nosso Projeto de lei, o PL 660/14, voto publicado hoje no Diário Oficial.

Esse projeto foi construído coletivamente, com várias entidades, várias pessoas que militam, que há anos reivindicam a constituição de um centro de referência para o tratamento e diagnóstico de doenças ligadas à síndrome pós-pólio e também a doenças neuromusculares, que sempre foi uma área totalmente abandonada pelo Estado, pelo poder público, pelo SUS, pela Secretaria Estadual de Saúde e pela Secretaria municipal também.

No entanto, construímos aqui um Projeto de lei. Foi uma construção, como eu disse, coletiva, representando, simbolizando a luta histórica dessas pessoas, que precisam desse atendimento, mas nunca foram atendidas pelo Estado. Aprovamos, com muita dificuldade, o projeto, na Assembleia Legislativa, com o apoio praticamente de todos os deputados e, no entanto, hoje fomos surpreendidos com o veto.

Mais um veto do governador Geraldo Alckmin a um projeto que tem uma repercussão social importante, que poderia estar beneficiando imensamente um segmento da população altamente marginalizado e excluído do SUS, de qualquer política pública de saúde.

Queremos, primeiramente, manifestar o nosso repúdio. Esse veto é execrável, é um veto criminoso do governador Geraldo Alckmin, um veto covarde. Mostra claramente que o governador não tem nenhum compromisso com o ser humano, com a saúde pública, com o SUS.

É estranho, porque é sempre a mesma coisa. As justificativas, os fundamentos dos vetos em geral são os mesmos: vício de iniciativa, a prerrogativa é do Executivo, e não do Legislativo, mesmo sendo um projeto autorizativo, como o nosso. Nosso projeto é autorizativo. Mesmo assim, ele foi vetado. Basicamente, o governo usa a tese do vício de iniciativa, de que é uma prerrogativa, de criar esse centro, da Secretaria Estadual de Saúde, em conjunto com o Ministério da Saúde, com o SUS.

Por que apresentamos o projeto? Porque o Executivo não cumpre sua função. O governo é omissa. A Secretaria da Saúde não cumpre o seu papel, a sua função, a sua obrigação, por isso nós aprovamos o projeto. Elaboramos, debatemos, com audiência pública. Foi um projeto que não saiu da minha cabeça, saiu de uma organização da sociedade, uma mobilização social para, exatamente, amparar pessoas que estão excluídas do tratamento, que não é oferecido pelo estado, pelo SUS. Por isso, o projeto foi apresentado.

O governo reconhece nas razões do veto. Ele diz o seguinte: "não desconheço os relevantes propósitos que ensejam a iniciativa. Vejo-me, todavia, compelido a negar assentimento à medida, pelas razões que passo a expor". A partir daí, todas as justificativas são relacionadas, basicamente, ao famoso vício de iniciativa, que é uma espécie de protocolo do governo para vetar quase 90% dos projetos que nós aprovamos.

O próprio governo diz: "Projeto de lei, de origem parlamentar, autoriza o Poder Executivo a criar o centro de referência de diagnóstico e tratamento de pessoas atingidas pela síndrome pós-poliomielite e doenças neuromusculares, atribuindo à Secretaria da Saúde a competência para coordenar e orientar as diretrizes para a implantação de uma política pública para o diagnóstico e o tratamento das pessoas atingidas pela síndrome. Permite que o Poder Executivo celebre convênios com os hospitais e associações para o cumprimento dos objetivos da lei e fixa prazo para a sua regulamentação."

É essa a proposta que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, que o próprio governo reconhece. Ele diz o seguinte: "não desconheço os relevantes propósitos que ensejam a iniciativa", porém ele reconhece só da boca para fora, de uma forma hipócrita, porque ele não aplica esses propósitos. Por isso, nós aprovamos o Projeto de lei 660/2014 e, mesmo assim, o projeto é vetado, mesmo sendo autorizativo.

Isso mostra uma clara omissão do governador Geraldo Alckmin com o SUS, com o atendimento às pessoas, principalmente às que mais precisam do sistema de saúde e de políticas públicas nessa área.

Eu manifesto o meu repúdio, a nossa indignação e perplexidade com o governador que, mais uma vez, ataca pessoas fragilizadas da nossa sociedade. E faço um apelo aos deputados para que nós possamos derrubar esse veto. Nós vamos derrubar esse veto - vou colocar isso com a prioridade do nosso mandato para que ele seja derrubado imediatamente e o nosso Projeto de lei 660 se torne uma lei estadual, independente da vontade do governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; cidadãos que nos acompanham pela TV ALESP; funcionárias e funcionários desta Casa.

Pior do que está, pode ficar. A nação brasileira vive um dos momentos mais terríveis de sua história; todos os dias a imprensa noticia fatos demonstrando a gravidade da situação. O desemprego está atingindo mais de 11 milhões de trabalhadores e, ao contrário da esperança de dias melhores, as informações oficiais são que, até o final do ano, teremos perto de 14 milhões de operários desempregados, sem salários para o sustento de suas famílias e sem esperança de novo emprego.

As nossas penitenciárias, regra geral, estão superlotadas - algumas com o dobro de suas capacidades. Todos os dias, aumenta o número de furtos, roubos, assassinatos e violência contra as pessoas. Agora, surge a notícia: o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína no mundo, segundo o Comitê de Fiscalização de Entorpecentes ligado à Organização das Nações Unidas.

Os poderes públicos estão sem recursos para áreas de grande importância como Saúde, Educação, Habitação e Saneamento básico. Esta é a triste realidade do Brasil nos dias atuais. Chegamos a este ponto porque, infelizmente, os nossos governantes, em sua grande maioria, não corresponderam a suas obrigações; muitos, pelo contrário, roubaram bilhões de reais por meio de atos imorais e criminosos.

Para enfrentar essas grandes crises da política, da economia e da moral, a única solução é o povo, por meio do processo democrático, escolher, pelo voto, líderes e administradores públicos honestos e capazes. O grande medo que temos é do povo, desiludido com o comportamento da maioria dos políticos, ao contrário de aproveitar a oportunidade das próximas eleições para escolher gente honesta e competente, se omitir e não cumprir com o seu dever por meio do voto.

Recente pesquisa feita por um jornal perguntava às pessoas quais critérios usariam para escolher os seus candidatos. Uma, respondeu: "Sinceramente, não sei. A última coisa que os políticos fazem é pensar no povo." Outro, respondeu: "Não vou votar. Prefiro pagar aquela multa e não pretendo mudar de ideia." Mais uma pessoa ouvida disse: "Não há candidato que mereça voto da minha família." Muitas outras respostas foram semelhantes a essas.

É importante as pessoas boas e influentes, como padres, pastores, professores e líderes comunitários, ajudarem a esclarecer que, quer gostemos ou não da política, ela manda na nossa vida. Se hoje temos políticos e líderes que não prestam, é bom lembrar: todos eles foram eleitos por pessoas que não dão valor ao voto. As pessoas devem cumprir com suas responsabilidades de escolher bem seus candidatos para não sentirem, depois, vergonha de ver como eles agem na vida pública.

Nós vamos ter, agora em outubro, as eleições municipais. É a grande oportunidade de mudar a política brasileira. Conclamo ao eleitor: cumpra com o seu dever; use do seu direito e escolha os seus candidatos de maneira responsável. Ajude a esclarecer aqueles que não querem votar ou preferem votar em branco ou anular o voto e alerte para o grande perigo: pior do que está - lamentavelmente - ainda pode ficar!!!.